

**Evolução da Pobreza no Brasil,
1995/99**

Mauro Eduardo Del Grossi
José Graziano da Silva
Maya Takagi

Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 104, nov. 2001.

Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99¹

Mauro Eduardo Del Grossi²

José Graziano da Silva³

Maya Takagi⁴

Resumo

O trabalho ilustra as dificuldades de se mensurar o problema da fome e da pobreza no Brasil. A metodologia proposta parte dos dados de renda total declarada na PNAD de 1999, imputa-se o valor estimado para o autoconsumo das famílias agrícolas e desconta-se o valor do aluguel e da prestação da casa própria pagos. A renda assim obtida – denominada renda média familiar disponível per capita – é comparada com a linha de pobreza de US\$ 1,08 por dia, adotada para as áreas rurais da região Nordeste e corrigidas para as demais pelos índices de custo de vida regionais do país.

Os resultados obtidos indicam a existência de 9,324 milhões de famílias (correspondendo a 44,043 milhões de pessoas) pobres em 1999, sendo que praticamente metade delas reside na região Nordeste. A evolução no período 1995/99 mostrou uma taxa de crescimento significativa da pobreza em todo o país de 1,2% ao ano. Nas áreas metropolitanas, a taxa foi ainda maior, apontando para um crescimento de 5% ao ano. A causa principal parece ter sido o crescimento do desemprego durante o plano de estabilização (Plano Real). Surpreendentemente o crescimento da pobreza não se mostrou significativo nas áreas rurais nem nas áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), nem na região Nordeste como um todo.

Palavras-chave: Pobreza; Fome; Políticas públicas.

Abstract

The paper revise the difficulties encountered in measuring the problems of hunger and poverty in Brazil. The proposed methodology starts with the data for total income declared in the 1999 PNAD, adds the value estimated for the consumption of home-produced goods by agricultural families and discounts the values of rents and mortgages. The income thus obtained – denominated the available average family income per capita – is compared with the poverty line of US\$ 1.08 per day adopted for the rural areas of the Northeast and corrected according to the regional costs of living indexes for the others areas of the country.

(1) Os autores agradecem a revisão cuidadosa de Rodolfo Hoffmann a uma versão preliminar deste texto.

(2) Pesquisador do IAPAR/Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: delgross@pr.gov.br

(3) Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp/Bolsista do CNPq e Consultor da Fundação SEADE. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

(4) Analista da Fundação SEADE/Doutoranda em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: matakagi@seade.gov.br

The results obtained indicated the existence of 9.324 million poor families (44.043 million people) in 1999, half of which live in the Northeast. The evolution in the period 1995/99 showed a significant increase of 1.2% rate per year of poor people in the whole country. In the metropolitan areas, the rate was higher, of 5% per year. The main reason was supposed to be the rise of the unemployment during the recent stabilization plan (Plano Real) The surprise found was that poverty didn't increase significantly in the rural and in the non metropolitan areas (little and medium towns) and neither in the Northeast region as a whole.

Key words: Poverty; Hunger; Public policies.

Introdução

A grande maioria dos estudos ligados ao problema da indigência e/ou pobreza tanto no Brasil como em organismos internacionais como a CEPAL e o Banco Mundial, definem um determinado valor monetário e calculam o número de famílias cuja renda é inferior a esta linha.⁵

O critério de definição da linha de indigência/pobreza e os métodos de regionalização e de correção monetária é que causam as diferenças nos valores dos diversos estudos realizados até o momento. Entre os principais, destacam-se aqueles que definem o valor a partir de uma determinada renda, única para o país, geralmente como proporção do salário mínimo, ou aqueles que partem da estrutura de consumo das famílias. Mesmo quando são semelhantes e fundados na mesma fonte de dados, os diversos métodos baseados na insuficiência de renda apresentaram resultados discrepantes devido a diferenças nos critérios adotados.⁶

Entre os métodos que definem a linha de indigência ou pobreza definida pela renda destacam-se aqueles que se utilizam da proporção do salário-mínimo. Este método é bastante utilizado pois, em tese, o salário mínimo deveria suprir as necessidades básicas, não só da alimentação mas também da moradia, vestuário,

(5) A linha de indigência refere-se à renda mínima necessária para adquirir o valor de uma cesta de alimentos com quantidades energéticas mínimas ou recomendadas. A linha de pobreza é superior à linha de indigência pois inclui, além do valor da cesta de alimentos, todas as outras despesas não-alimentares, como vestuário, moradia, transportes, etc.

(6) Rocha (1996) fez uma excelente revisão sobre as diversas metodologias e os dados calculados para o Brasil na década de 80, comparando esses métodos. Uma síntese dos métodos e números existentes para estimar a "população que passa fome" no Brasil pode ser encontrada em Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

etc. Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário mínimo,⁷ como em Hoffmann (2001)⁸ por exemplo.

Outro método utilizado é o da renda per capita de um dólar por dia. O Banco Mundial calcula a proporção de pobres ou extremamente pobres no mundo por esse parâmetro, como forma de unificar a capacidade de compra em nível mundial através de uma mesma moeda. Os dados de 1998 indicam que, dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões (quase a metade) vivem com menos de 2 dólares por dia, e 1,2 bilhão (um quinto), com menos de 1 dólar por dia (Banco Mundial, 2000). Pior: o relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 indicou que na América Latina, sul da Ásia e África subsaariana, o número de pobres tem aumentado. No Brasil, os dados de 1997 indicam que 5,1% da população vivem com menos de um dólar por dia (Banco Mundial, 2000). Essa baixa proporção de pobres deve-se ao fato de que nossa moeda real esteve artificialmente sobrevalorizada em relação ao dólar durante os anos de 1994 a 1998, o que faz com que essa proporção de 1997 esteja fortemente subestimada. Infelizmente não se dispõe de outros dados mais atualizados para o Brasil.

O método de definir a **linha de indigência/pobreza pela estrutura de consumo** surgiu como uma opção para a utilização da proporção do salário mínimo combinando pesquisas de estrutura de consumo das famílias, como o ENDEF (1974/75) e a POF – Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada nos anos de 1987/88 e 1995/96. Basicamente, trata-se de definir uma cesta básica de alimentos, de acordo com a estrutura de consumo e preços regionais. Definindo-se o custo desta cesta, considera-se indigente a população cuja renda familiar per capita não alcance o valor desta cesta alimentar; e como pobres, as pessoas que não atingem a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não alimentares básicos (moradia, transporte, etc).

(7) Garcia (2001), ao elaborar uma proposta de avaliação de políticas públicas, propõe o uso do conceito de *patamar mínimo de existência com dignidade*, que se expressaria pela posse de uma quantidade mínima de patrimônio e renda. Essa quantidade mínima é definida partir da linha de pobreza de 1,5 salários mínimos per capita, que resulta em um valor de R\$ 226,50 em 1999.

(8) Refere-se à proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor do que o valor real de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de agosto de 1980 (R\$ 92,29 e R\$ 46,15 em moeda de setembro de 1999, respectivamente). É importante salientar que Hoffmann não se propõe a estabelecer, por meio deste método, o número de pessoas indigentes ou que passam fome, mas unicamente os pobres.

Rocha (2000a) analisou os diversos estudos e metodologias que partem da estrutura de consumo para definir a linha de indigência e pobreza. Segundo a autora, existem uma série de passos que envolvem certas “arbitrariedades” até chegar à definição da população indigente e pobre. Isso faz com que cada cálculo seja único e incomparável com outras formas de cálculo (a autora calculou que, dependendo das medidas adotadas, a linha de indigência calculada pode variar 50% e a linha de pobreza pode variar até 127%). Essas diferenças resultam das opções adotadas para definição das linhas de indigência e pobreza em relação a:

- i) Definição das necessidades calóricas recomendadas;
- ii) Definição da cesta alimentar de menor custo;
- iii) Estimativa do consumo não alimentar;
- iv) Estimativa das diferenças de custos de vida para as regiões do país;
- v) Atualização dos valores monetários das linhas de indigência e pobreza.

O Quadro 1 apresenta, sucintamente, alguns métodos utilizados para mensuração de linhas de pobres e indigência, com uma breve avaliação de suas vantagens e desvantagens.⁹ Como se pode verificar, dentro de um pequeno número de estudos, existe uma variada gama de resultados. Entre os extremos, observa-se para o mesmo ano de 1999, os dados de Rocha apontam para 8,7% da população abaixo da linha de indigência, enquanto que Camargo & Ferreira (2001) estimaram em 29%.

(9) Para maiores detalhes, ver Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

Quadro 1
Comparação de alguns métodos para mensuração da pobreza e da indigência no Brasil

Método	Vantagens	Desvantagens	Dados mais recentes	Fonte
% da população abaixo da Linha de Pobreza				
% da população com renda familiar per capita <1/4 s.m. (R\$ 46,15 em setembro de 1999)	Medição mais prática e transparente	– valor do s.m. não é uma medida adequada das necessidades básicas da população – mesma linha para o país	18,1% da população em 1999	Hoffmann (2001)
% da população com renda < US\$ 1,00 por dia	Permite comparações internacionais diretas	– não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país – taxa de câmbio pode ter grande variação ao longo do tempo	5,1% da população em 1997	Banco Mundial (2000)
% da população abaixo da Linha de Indigência				
Linha de indigência da Cepal		– valor não atualizado (fonte dos dados é o Endef de 1974/75). – diferença da LI entre áreas rurais e metropolitanas únicas e arbitrárias (25%)	1990: 31.679.095 pessoas ou 21,94% da população	IPEA / Mapa da Fome
Linha de indigência comissão composta por IBGE, IPEA e Cepal	Estudo bastante detalhado, buscando suprir as deficiências dos demais métodos	– valor não atualizado. Para áreas urbanas e rurais foi calculada a média simples da cesta do Endef (de 1974) com a cesta metropolitana calculada com base da POF 1987/88	1997: 13% da população	Árias (1999b)
Linha de Indigência de Sônia Rocha (linha em 1999 varia de R\$ 20,37 – Centro-Oeste rural a R\$ 41,86- RMRJ)	Série histórica longa, bastante detalhada, sendo referência nacional para os estudos de pobreza	– utiliza mesma estrutura de consumo regional de entre áreas urbanas e rurais do Endef de 1974/75.	1999: 13,6 milhões ou 8,7% da população	IPEA/Sônia Rocha
Linha de Indigência de Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) e Camargo e Ferreira (linha em 1999 de R\$ 75,00) ⁽¹⁾	Utilizaram dados mais atuais para estrutura regional de consumo	– utilizam a PPV, que teve baixa abrangência amostral (só regiões Nordeste e Sudeste e só 5.000 domicílios) e questionários e metodologias com restrições.	1999: 29% das pessoas	Ferreira, Lanjouw & Néri e Camargo & Ferreira (PUC-RJ, Banco Mundial e FGV)

⁽¹⁾ Em julho de 2001 a FGV lançou o Mapa do Fim da Fome (www.fgv.br), com uma linha de R\$ 80,00 referente à Região Metropolitana de São Paulo, chegando ao valor de 49,8 milhões de pobres ou 29,3% da população. O trabalho quantifica a pobreza nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

Obs.: POF – Pesquisa de Orçamento Familiar; PPV – Pesquisa sobre Padrões de Vida.

Fonte: Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

Tabela 1
Estimativas de indigência e pobreza segundo autores selecionados – Brasil 1990/99
(milhões de pessoas)

Anos e Áreas	% pobres Hoffmann (2001) ^(a)	% indigentes Rocha (2000) ^(a)	% indigentes Arias (1999)	% indigentes Ferreira et al. (2000)
1990 – Total		17,4	23,4	
Metropolitana		11,7	13,4	
Urbana não metrop.		13,5	19,2	
Rural		33,3	47,3	
1993 – Total	24,7	16,1	20,2	
Urb. Metropolitana	13,8	12,1	12,9	
Urbana não metrop.	21,2	12,9	16,5	
Rural	49,6	30,0	39,3	
1995 – Total	17,9	10,4	15,5	
Metropolitana	8,2	7,1	7,9	
Urbana não metrop.	14,8	8,5	12,7	
Rural	40,1	20,3	33,7	
1996 – Total	18,9	10,2	13,9	22,6
Metropolitana	8,8	6,8	7,1	7,47 a 10,07 ^(c)
Urbana não metrop.	16,0	8,3	11,3	10,22 a 30,82 ^(d)
Rural	42,1	20,3	30,8	52,0
1997 – Total	18,6	9,4	13,0	
Metropolitana	9,2	6,6	6,7	
Urbana não metrop.	15,4	7,6	10,4	
Rural	41,5	18,6	29,8	
1998 – Total	18,1	9,1		
Metropolitana	9,4	7,0		
Urbana não metrop.	14,8	7,3		
Rural	40,2	17,0		
1999 – Total	18,1	8,7		29,0
Metropolitana	10,1	7,1		
Urbana não metrop.	15,1	7,3		
Rural	38,5	15,3		

^(a) LI = renda familiar per capita igual ou inferior a 1/4 s.m. de agosto de 1980;

^(b) Dados cedidos pela autora, que são utilizados para o cálculo de % de pobres em Rocha (2000a);

^(c) Proporção de indigentes para Região Metropolitana Central (7,47%) e metropolitana periférica (10,07%);

^(d) Proporção de indigentes para áreas urbanas de grandes cidades (10,22%) e pequenas cidades (30,82%).

Fonte: Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

Na Tabela 1, comparam-se as estimativas de indigentes e pobres obtidas nos quatro estudos mais recentes. Verifica-se que as de Rocha são sempre as menores, tendo os valores de Árias e Hoffmann como intermediários, e os valores de Ferreira et al. como os mais elevados. Infelizmente, as estimativas de Árias

(1999b) e de Ferreira et al. (2000), não estão atualizadas para o ano mais recente da PNAD (1999), nem se pode fazê-lo simplesmente com a atualização monetária do valor das cestas. As estimativas de Hoffmann (2001) têm por desvantagem a utilização de uma linha de pobreza única, não considera as diferenças regionais de custos de vida. A principal crítica deste método, levantada por Rocha (1996), é que a adoção de uma linha única tende a subestimar a pobreza nas áreas metropolitanas e a superestimar a pobreza nas áreas rurais.

1 Uma proposta metodológica a partir dos dados das PNADs

Para contribuir para este debate, buscou-se uma metodologia para mensuração de pobres no Brasil que permitisse superar algumas das limitações levantadas anteriormente. Esta metodologia está apresentada de forma completa em Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001). A seguir, apresenta-se uma breve descrição desta metodologia e, em seguida, uma análise dos principais resultados obtidos.

1.1 Linha de Pobreza (LP) adotada

Conforme abordado anteriormente, a definição desta linha envolve certas arbitrariedades. Optou-se por utilizar neste trabalho o valor da renda familiar per capita de US\$1,00 por dia como linha da pobreza. Esse valor foi empregado originalmente pelo Banco Mundial no *Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1990: Pobreza* e teve como base os preços internacionais de 1985, ajustados para moedas locais pela PPP (paridade do poder de compra), que leva em consideração os preços locais de bens e serviços, especialmente aqueles não comercializados internacionalmente. A LP de US\$ 1,00 foi considerada como a linha de pobreza extrema, por ser representativa da linha de pobreza encontrada entre os países mais pobres do mundo, em 1985. Em 1993 o Banco Mundial estimou novamente os valores da PPP e obteve um valor de US\$ 1,08 para a linha de pobreza, que é o equivalente ao US\$ 1,00 com base na PPP de 1985. Segundo o Banco Mundial, a linha de US\$ 1,08 é equivalente à linha de pobreza esperada para o país mais pobre de uma amostra de 33 países selecionados em função de disponibilidade das

informações requeridas, a maioria deles da Ásia e África (Chen & Ravallion, 2000).

Os principais problemas desta metodologia, apontados pelo próprio Banco Mundial,¹⁰ são a utilização de uma única linha de pobreza sem considerar as diferenças de custos de vida entre áreas urbanas e rurais e entre as regiões dos países e a não-quantificação do auto-consumo alimentar, além das doações alimentares e de outros bens em espécie recebidas pelas famílias pobres.

Procurando contornar estes problemas, adotamos neste trabalho uma regionalização da linha de pobreza de US\$ 1,08 per capita, convertido pelo câmbio do dólar diário médio de setembro de 1999, com base nos índices de preços regionais de custo de vida de Ferreira, Lanjouw & Néri (2000), que utilizaram os dados da PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida de 1996). A área rural do Nordeste foi tomada como base (R\$ 62,29),¹¹ por ser a região de menor custo na referida pesquisa, acrescentando-se para as demais regiões, os diferenciais dos custos de vida distintos para as áreas metropolitana, urbana não-metropolitana e rural, de acordo com os procedimentos relatados em Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).¹²

Os resultados obtidos com a regionalização da Linha de Pobreza estão apresentados na Tabela 2.

(10) Conforme Metodologia presente no *World Development Indicators* (2000: 65).

(11) Cálculo: cotação média de Setembro/99 = R\$ 1,8926/1US\$ x 1,08 = R\$ 2,05; R\$ 2,05 x 365/12 meses = R\$ 62,29 (renda familiar per capita mensal) do NE rural.

(12) Gostaríamos de deixar claro, portanto, que a metodologia que adotamos para definir a Linha de Pobreza não se baseia na fictícia PPP (paridade do poder de compra) do Banco Mundial. Vale ressaltar que a PPP é uma moeda teórica feita para comparar o PIB dos diversos países e não para fazer comparações internacionais de pobreza. A própria Nota Técnica do Banco Mundial (*World Development Indicators*, 2000/01, p. 65) ressalta que “PPP rates were designed not for making international poverty comparisons but for comparing aggregates from national accounts. As a result there is no certainty that an international poverty line measures the same degree of need or deprivation across countries”. Além disso, a Nota Técnica informa que “qualquer revisão na PPP de um país para incorporar melhores indicadores de preços pode produzir linhas de pobreza dramaticamente diferentes na moeda local.” Prova disso é que a variação da “taxa de câmbio” implícita na conversão do dólar de 1999 para a PPP passou de 1,429 no Relatório do Banco Mundial de 2000/01 para 2,050 no relatório de 2001/02. Como adotamos o dólar comercial – que era aproximadamente o dobro da PPP em 1999 – pode-se dizer que nossa linha de pobreza se aproxima da linha de dois dólares PPP estimados pelo Banco Mundial em seus relatórios.

Tabela 2
Linha de pobreza baseada na renda média familiar per capita de US\$ 1,08 diários: Brasil, 1999
Base: Nordeste Rural

Regiões	Índice de Preços Relativos Baseado na PPV	LP em US\$ por dia	LP em R\$ mensais ^(a)
Norte			
Metropolitano			
Belém	1,1567032	1,25	72,05
Urbano	1,1650224	1,26	72,57
Rural ^(b)	1,1650224	1,26	72,57
Nordeste			
Metropolitano			
Fortaleza	1,078150	1,16	67,16
Recife	1,073373	1,16	66,86
Salvador	1,325084	1,43	82,54
Urbano	1,165022	1,26	72,57
Rural	1,000000	1,08	62,29
Sudeste			
Metropolitano			
Belo Horizonte	1,119662	1,21	69,74
Rio de Janeiro	1,174526	1,27	73,16
São Paulo	1,202299	1,30	74,89
Urbano	1,068432	1,15	66,55
Rural	1,058117	1,14	65,91
Sul			
Metropolitano			
Curitiba	1,1827624	1,28	73,67
Porto Alegre	1,1827624	1,28	73,67
Urbano	1,0684318	1,15	66,55
Rural	1,0581167	1,14	65,91
Centro-Oeste			
Brasília	1,1827624	1,28	73,67
Urbano	1,0684318	1,15	66,55
Rural	1,0581167	1,14	65,91

^(a) Conversão de US\$ 1,08 com base do câmbio médio de setembro de 1999 (R\$ 1,8926/US\$).

^(b) Refere-se ao estado de Tocantins.

Fonte: Ferreira, Lanjouw & Néri (2000) e Tabulações Especiais da PNAD.

Comparando a Linha de Pobreza (LP) por nós obtida com as calculadas por Rocha (2000a) para o mesmo ano, verifica-se que a LP aqui considerada situa-se

sempre acima da Linha de Indigência (LI) da autora, que tem como base de cálculo o valor de cestas básicas alimentares regionalizadas. Mas, comparando-se com as LP do mesmo estudo, a LP aqui utilizada situa-se sempre acima no caso das áreas rurais, mas abaixo no caso das áreas metropolitanas. Esse resultado reforça a idéia de uma maior aproximação dos custos de vida e hábitos alimentares entre as diferentes áreas de residência, que a metodologia aqui adotada procura reforçar.¹³

Uma última observação: optamos por não distinguir uma linha de indigência para separar os indigentes ou miseráveis que teoricamente não teriam renda suficiente para adquirir nem mesmo uma cesta básica. Além de acrescentar mais controvérsias à linha de pobreza, a linha de indigência pressupõe que uma família gastaria toda sua renda disponível em alimentos como se não tivesse outras despesas igualmente compulsórias tais como limpeza, transportes, saúde, etc. Além disso, abre caminho para políticas públicas que estabeleçam uma hierarquização dos mais aos menos pobres, abrindo mão da noção de um conjunto de direitos fundamentais básicos do cidadão, entre os quais o direito à uma rede digna (o que pressupõe uma alimentação adequada) incompatíveis com a pobreza em qualquer dos seus níveis.

1.2 Correções nas rendas das PNADs

As PNADs abrangem quase todo o território nacional e embora se constituam hoje na melhor fonte de dados disponível para se estimar a pobreza e a indigência no país, apresentam várias limitações, entre as quais se destacam:

- a) não têm informações sobre o consumo, ou seja, não se tem dados precisos do destino da renda das famílias. Esta lacuna é suprida apenas pela POF, que é feita apenas a cada 10 anos e só nas regiões metropolitanas, mas esta também só tem dados de despesas, mas não de ingestão alimentar;
- b) só abrange as famílias residentes em domicílios particulares. Ou seja, não entra na pesquisa a parcela da população mais vulnerável e desprovida de condições, que é aquela sem moradia fixa, para a qual não se dispõe de nenhuma estimativa para o país;
- c) exclui a população rural da região Norte (exceto do Estado de Tocantins) uma das áreas mais pobres do país;
- d) não inclui bens de consumo provenientes de doações ou programas governamentais, nem o auto-consumo das famílias agrícolas.

(13) Para uma discussão mais ampla e detalhada das informações das novas relações entre áreas urbanas e rurais no país, veja-se Campanhola & Graziano da Silva (2000) e/ou as pesquisas mais recentes do Projeto Rurbano (www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html).

Além disso, existe uma tendência de subestimação da renda como ocorre em todas as pesquisas baseadas na declaração do entrevistado. Árias (1999a), por exemplo, trabalhou com uma renda imputada, baseada em estimativas de omissão de declaração de renda e de rendimentos de capital, a partir das Contas Nacionais calculadas pelo IBGE e pela Cepal. Os resultados que obteve mostram uma proporção de pobres e indigentes menores que os demais trabalhos que não fizeram essas imputações.

Assim, antes de comparar as rendas médias per capita das famílias com as linhas de pobreza da Tabela 2 procedeu-se a duas imputações nas rendas declaradas nas PNADs: acrescentou-se o valor do autoconsumo para as famílias agrícolas e descontou-se o aluguel e/ou o valor da prestação da casa própria, conforme os procedimentos descritos em Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

Para a tipologia das famílias se adotou os conceitos do Projeto Rurbano (Campanhola & Graziano da Silva, 2000) que utiliza a família extensa: todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, mesmo que tenham constituído outra família (marido, mulher e filhos) e os agregados, excluindo-se apenas as empregadas domésticas que residem no local de trabalho e os pensionistas (pagam pensão ao chefe do domicílio).

As famílias extensas foram classificadas ainda em: famílias de empregadores; de conta-própria (sem contratação de trabalhadores); de empregados; e de não ocupados, conforme classificação da posição da ocupação, respeitada a seguinte ordem hierárquica: se pelo menos um membro da família é classificado como empregador, a família também é classificada como empregadora. Caso não haja nenhum empregador, mas tenha pelo menos um trabalhando por conta-própria, a família é considerada como de conta própria; caso não haja também nenhum conta-própria, a família é classificada como de empregados; e caso não haja nenhuma das opções anteriores, é classificada como de não ocupados.

A partir desta classificação, as famílias ainda foram subdivididas em agrícolas, pluriativas e não-agrícolas de acordo com o tipo de atividade realizada por seus membros. Caso todos os membros da família estivessem ocupados em atividades agrícolas, a família foi classificada como agrícola; caso houvesse membros agrícolas e não-agrícolas, foi considerada pluriativa, e caso todos os membros estivessem ocupados em atividades Não-agrícolas, a família foi classificada como Não-agrícola, seguindo a metodologia do Projeto Rurbano.

Foram excluídos dos pobres as famílias de empregadores por considerar que, se alguém na família pode ter empregados permanentes (não domésticos), é

um indicativo de um nível incompatível de renda que possa incluí-las no grupo de pobres. O fato da renda registrada destas famílias pela PNAD ser baixa deve-se mais provavelmente a erros de subdeclaração. Estas famílias (cerca de 70 mil) foram incluídas no conjunto de famílias não pobres.

Como a PNAD não levanta dados da população rural da região Norte (só para o estado de Tocantins), foi realizada uma estimativa desta população, tendo por base a proporção da população rural em cada estado obtida no Censo Demográfico de 2000¹⁴ da população urbana corrigida (população sem empregadas domésticas e pensionistas). Sobre esta população rural total estimada, foi aplicada a mesma proporção de pobres da área urbana em cada estado da região Norte, exceto Tocantins (Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi, 2001).

2 Análise dos resultados obtidos

2.1 A pobreza em 1999

Comparando-se os resultados dos dois passos metodológicos adotados, verificou-se que a inclusão do auto-consumo provocou a saída de apenas 314 mil famílias ou 1,397 milhão de pessoas do conjunto de pobres. Das famílias excluídas pela correção do autoconsumo, 57% (ou 179 mil) eram residentes rurais na região Nordeste, a região de maior concentração de pobres do país. Chamou a atenção, também, que apenas 14% das famílias pobres excluídas, quando se agrega a correção do autoconsumo eram residentes no Sul, região onde se destaca a presença da agricultura familiar. Já o desconto do aluguel ou prestação da casa própria das famílias adicionou ao conjunto de pobres, 761 mil famílias ou 2,710 milhões de pessoas, representando um aumento de famílias pobres de apenas 1,8%. Este aumento foi maior nas áreas metropolitanas (2,5%, com inclusão de 325 mil famílias) e nas áreas urbanas não metropolitanas (2,0%, com inclusão de 422 mil famílias), se comparado às áreas rurais (0,2%, com inclusão de apenas 15 mil famílias). Isto decorre do fato de que o peso do aluguel e da prestação da casa própria na renda das famílias é maior nas áreas metropolitanas, seguidas das áreas urbanas não metropolitanas, consumindo boa parte da renda das famílias.

A Tabela 3 apresenta os dados de pobres e não pobres segundo a renda disponível (descontando os gastos com aluguel e prestação de casa própria). Além disso, inclui a estimativa de pessoas da região Norte rural. A estimativa de pobres

(14) Esse procedimento tende a subestimar a população rural de 1999, pois uma parte das áreas rurais das PNADs de 1992 a 1999 foram reclassificadas como urbanas no Censo Demográfico de 2000. Ver a respeito, Del Grossi (2001).

com residência rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amazonas totalizou 914 mil pessoas e 172 mil famílias. Apenas o valor do estado de Tocantins foi calculado segundo a mesma metodologia dos outros estados.

Os resultados finais apresentados na Tabela 3 com imputação do autoconsumo e descontando-se o valor do aluguel e da prestação da casa própria pagos, indicam a existência de 44,043 milhões de pessoas muito pobres, pertencentes a 9,324 milhões de famílias. Esta população pobre representa 21,9% das famílias e 27,8% da população total, sendo 19,1% da população das regiões metropolitanas, 25,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% da população rural. Em termos absolutos, representam, respectivamente: 9,003 milhões, 20,027 e 15,012 milhões, para cada área de residência (Gráfico 1).

Pode-se verificar que a população pobre encontra-se espalhada por todos os estados e regiões, e possui uma renda média de R\$ 38,34, representando 9,7% da renda dos não-pobres (Gráfico 2).

Na Tabela 4 estão apresentados os dados das famílias extensas pobres, segundo a tipologia do Projeto Rurbano comparando-as às famílias não pobres. Desagregando-se as 9,142 milhões de famílias extensas pobres,¹⁵ temos 3,198 milhões de conta própria (35%), 4,294 milhões de empregados (47%) e 1,650 milhão de não ocupados (18%) (Gráfico 3). Dentre as 7,492 milhões de famílias com pessoas ocupadas, 4,5 milhões são Não-agrícolas (60%) e 2,95 milhões (40%) são agrícolas ou pluriativas, sendo que 1,65 milhão delas são de agricultores por conta própria. Esses agricultores familiares dispõem em sua grande maioria de produção para auto-consumo; ou seja, são pobres porque têm uma familiar monetária per capita inferior a um dólar por dia, mas é muito provável que não sejam tão vulneráveis à fome como as quase 3 milhões de famílias de empregados Não-agrícolas, especialmente aquelas residentes em áreas urbanas.

(15) A diferença para com o total de famílias da Tabela 3 deve-se ao fato de que, nas famílias extensas, considera-se apenas as famílias residentes em domicílios particulares permanentes, e a anterior, considera as famílias residentes em todos os domicílios. Além disso as tabelas a seguir não incluem as populações rurais dos estados do Norte (exceto Tocantins).

Tabela 3
Estimativa de Pobres no Brasil, segundo as Regiões, com imputação do autoconsumo e desconto do aluguel e prestação da casa própria: Brasil, 1999

Regiões	Pobres ^(a)			Não Pobres			População total ^(b)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)		
Norte Total	3.813	725	31,43	6.725	1.707	196,74	10.537	2.432	36,2	29,8
Metropolitana	285	57	43,76	657	161	334,24	942	217	30,3	26,1
Urbana não metrop.	2.394	453	41,92	4.225	1.071	253,54	6.619	1.524	36,2	29,7
Rural* ^(c)	219	44	31,91	187	57	171,94	407	101	53,9	43,7
Rural total	1.133	216	40,00	1.843	475	250,17	2.976	691	38,1	31,2
Nordeste	21.873	4.455	37,40	22.919	6.517	237,60	44.793	10.972	48,8	40,6
Metropolitana	2.981	639	40,57	5.361	1.511	324,35	8.343	2.150	35,7	29,7
Urbana não metrop.	9.440	2.013	40,67	11.177	3.159	248,25	20.617	5.172	45,8	38,9
Rural	9.452	1.803	33,14	6.381	1.847	146,05	15.833	3.650	59,7	49,4
Sudeste	11.491	2.583	39,04	56.289	16.480	364,81	67.780	19.062	17,0	13,5
Metropolitana	4.436	1.064	39,74	25.802	7.601	423,07	30.238	8.665	14,7	12,3
Urbana não metrop.	4.632	1.035	39,50	25.845	7.554	335,07	30.477	8.589	15,2	12,1
Rural	2.423	483	36,87	4.642	1.325	206,53	7.065	1.808	34,3	26,7
Sul	4.402	993	38,43	19.661	5.969	341,34	24.062	6.962	18,3	14,3
Metropolitana	897	213	41,10	4.876	1.509	427,72	5.773	1.722	15,5	12,4
Urbana não metrop.	2.122	487	37,30	11.294	3.447	341,90	13.415	3.934	15,8	12,4
Rural	1.383	293	38,43	3.491	1.013	218,88	4.874	1.306	28,4	22,4
Centro-Oeste	2.463	568	39,66	8.587	2.508	332,76	11.050	3.076	22,3	18,5
Metropolitana	403	94	42,72	1.522	428	584,74	1.925	522	21,0	18,0
Urbana não metrop.	1.439	336	38,49	5.859	1.696	293,22	7.297	2.032	19,7	16,5
Rural	621	138	40,39	1.207	384	206,95	1.827	522	34,0	26,5

Continua

Continuação – Tabela 3

Regiões	Pobres ^(a)			Não Pobres			População total ^(b) (1.000)		% pessoas pobres	% famílias pobres
	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)	Renda média disponível per capita (R\$)	N. pessoas (1.000)	N. famílias (1.000)		
BRASIL* ^(c)	43.129	9.152	38,18	112.525	32.762	344,58	155.653	41.914	27,7	21,8
Metropolitana	9.003	2.067	40,41	38.218	11.210	414,72	47.221	13.277	19,1	15,6
Urbana não metrop.	20.027	4.324	40,03	58.399	16.927	309,68	78.427	21.251	25,5	20,3
Rural	14.098	2.762	34,13	15.907	4.625	176,86	30.006	7.387	47,0	37,4
BRASIL	44.043	9.324	38,34	114.180	33.180	327,67	158.223	42.504	27,8	21,9
Metropolitana	9.003	2.067	40,41	38.218	11.210	414,72	47.221	13.277	19,1	15,6
Urbana não metrop.	20.027	4.324	40,03	58.399	16.927	309,68	78.427	21.251	25,5	20,3
Rural	15.012	2.933	34,60	17.563	5.044	184,60	32.575	7.977	46,1	36,8

^(a) Pobres: renda média familiar disponível per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio médio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria;

^(b) Exclui a população sem declaração de renda e sem declaração de aluguel ou prestação. Exclui empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas;

^(c) Exclui a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) realizadas pelo Projeto Rurbano (junho 2001).

Gráficos 1
Distribuição de Pobres, segundo áreas de Residência: Brasil e Regiões, 1999

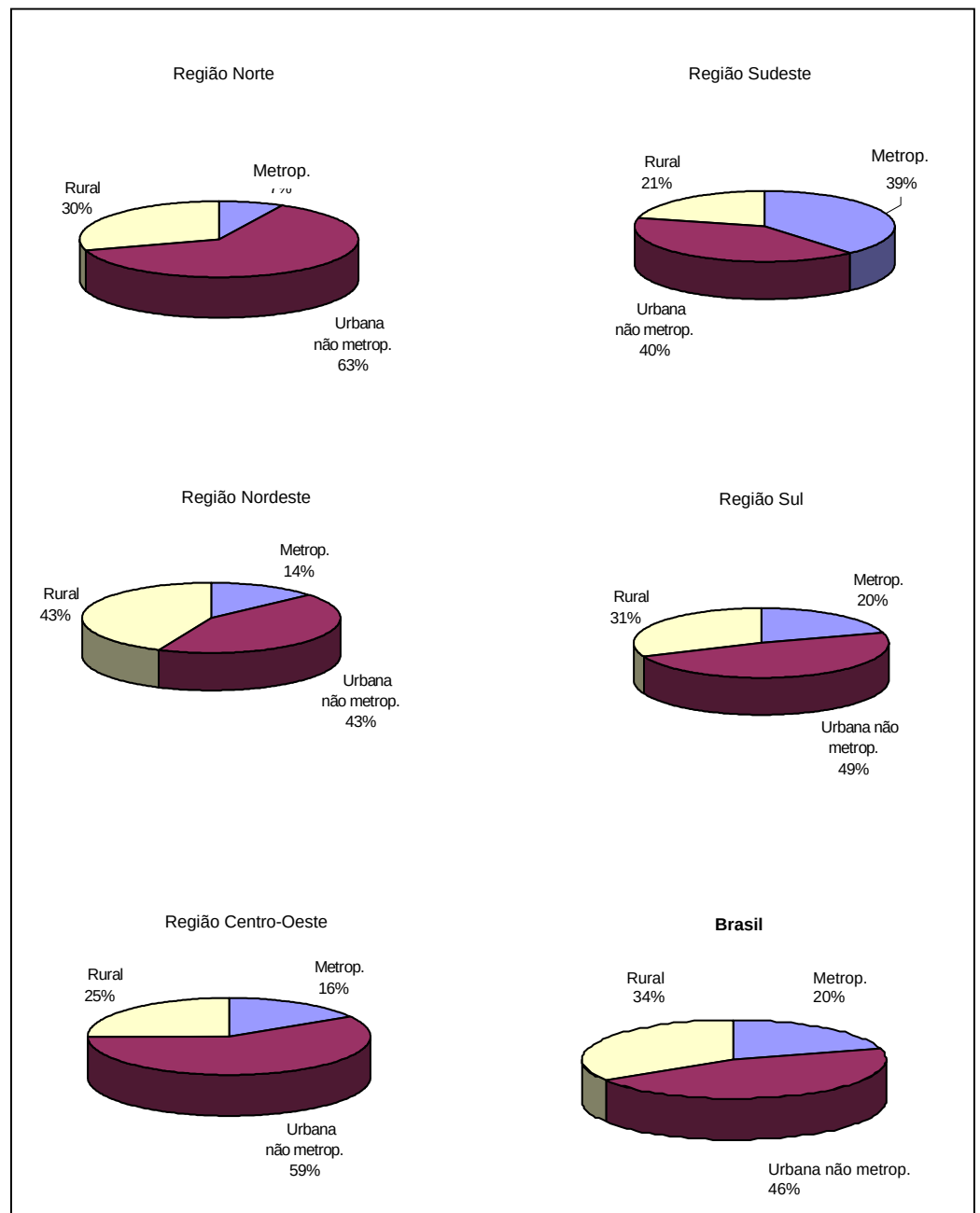
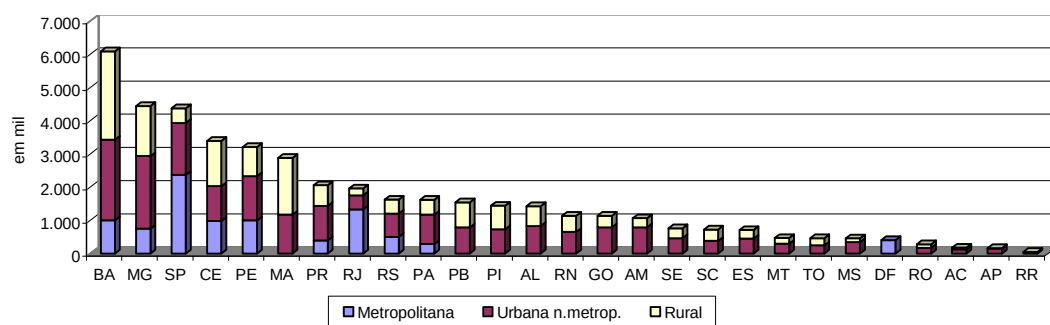
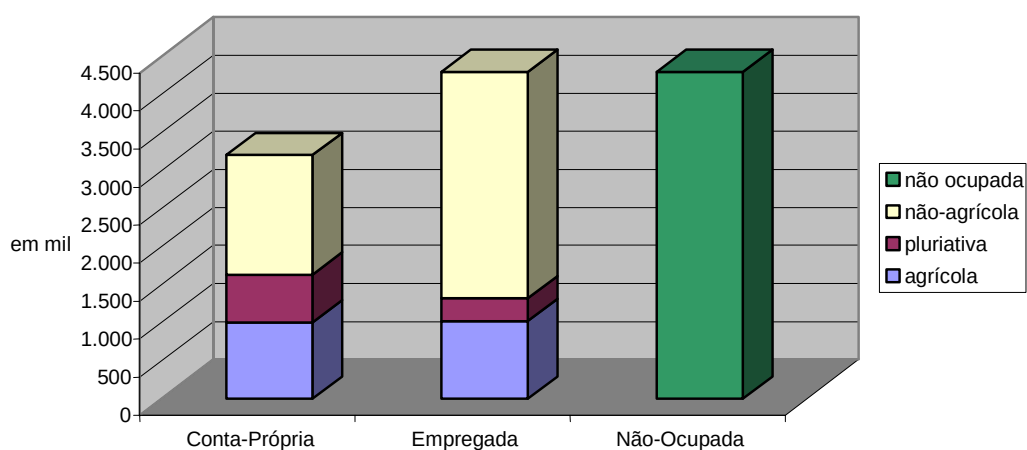


Gráfico 2
Pobres, segundo Estados e Áreas de Residência – Brasil 1999



- a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia;
b) Exclui a população sem declaração de renda e sem declaração de aluguel ou prestação. Exclui empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.
Fonte: Tabulações especiais da PNAD-1999 e Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 3
Famílias extensas pobres, segundo Brasil 1999



- a) Pobres: renda familiar per capita de pelo menos US\$ 1,08 por dia;
b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Exclui as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.
Fonte: Tabulações especiais da PNAD-1999 e Censo Demográfico de 2000.

Tabela 4
Tipologia de famílias extensas pobres e não pobres: Brasil, 1999
(1.000 famílias)

Tipos de Famílias Extensas ^(b)	Pobres ^(a)				Não Pobres			
	Total	Metro-politana	Urbana Não Metro.	Rural	Total	Metro-politana	Urbana Não Metro.	Rural
Empregadora (com empregados permanentes)	-	-	-	-	2.416	665	1.448	304
Agrícola	-	-	-	-	222	6	76	139
Pluriativo	-	-	-	-	259	8	153	98
Não-agrícola	-	-	-	-	1.936	651	1.218	67
Conta-Própria	3.198	496	1.319	1.383	10.076	2.956	5.011	2.109
Agrícola	1.005	9	173	823	1.343	27	212	1.105
Pluriativo	625	11	189	426	1.128	32	463	633
Não-agrícola	1.568	477	958	133	7.604	2.897	4.336	371
Empregada	4.294	1.008	2.118	1.167	16.044	6.166	8.223	1.655
Agrícola	1.018	25	302	692	1.087	25	353	709
Pluriativo	302	6	135	160	590	18	342	230
Não-agrícola	2.974	977	1.682	315	14.367	6.124	7.528	715
Total de Famílias Ocupadas	7.492	1.504	3.438	2.550	28.536	9.787	14.682	4.067
Agrícolas	2.023	33	474	1.516	2.652	58	641	1.953
Pluriativa	927	17	324	586	1.977	57	959	961
Não-agrícola	4.541	1.454	2.640	448	23.907	9.672	13.082	1.153
Não-Ocupada na semana	1.650	561	880	210	4.163	1.410	2.210	544
com aposentados ^(c)	450	131	252	67	3.412	1.100	1.825	486
com aposentados ^(c) e com desempregados	237	80	140	16	376	158	195	23
sem aposentados ^(c) e com desempregados.	579	234	297	48	108	54	50	4
sem aposentados ^(c) e sem desempregados	384	115	190	79	267	98	139	31
Total de famílias extensas	9.142	2.065	4.318	2.760	32.699	11.196	16.892	4.611

^(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria;

^(b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Exclui as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM;

^(c) Para efeito de simplificação nessa tabela, o termo “aposentados” inclui também os “pensionistas”.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (jun. 2001).

Vale a pena também destacar o contingente de 1,65 milhão de famílias pobres onde nenhum de seus membros estava ocupado na semana da pesquisa. Quase 700 mil (42%) dessas famílias de desocupados têm pelo menos um de seus membros aposentado ou pensionista recebendo pelo menos um salário mínimo mensal. Mas, o restante - cerca de 1 milhão de famílias constituídas só de desocupados, não têm. Pior: 579 mil dessas famílias tinha pelo menos um de seus membros procurando emprego na semana da pesquisa. Somando-se as outras 237 mil famílias que também possuíam membros procurando emprego na semana de referência, podemos dizer que o desemprego é responsável por praticamente metade das famílias pobres sem pessoas ocupadas levantadas pela PNAD de 1999.

É interessante também, observar a distribuição das famílias pobres segundo as diferentes áreas: das 7,5 milhões de famílias ocupadas, 20% estão nas regiões metropolitanas, 46% nas áreas urbanas não-metropolitanas e 34% nas áreas rurais. Já entre as 1,65 milhão de famílias pobres sem nenhuma pessoa ocupada, 36% residem em áreas metropolitanas, 53% em áreas urbanas não-metropolitanas e apenas 13% em áreas rurais. Uma das possíveis explicações para essa menor proporção das famílias rurais de não-ocupados pobres é o peso crescente da aposentadoria rural na renda dessas famílias.

Verifica-se entre as famílias agrícolas e pluriativas uma maior proporção de pobres em relação às famílias não-agrícolas, provavelmente advindas das baixas remunerações agrícolas (ver a respeito, Del Grossi & Graziano da Silva, 2000). A mesma proporção elevada de pobres se encontra nas famílias de não-ocupados sem aposentadorias e/ou pensões, mostrando como as transferências são importantes para as famílias ultrapassarem a linha de pobreza.

Em Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001), são apresentadas, também, algumas características das famílias, dos domicílios e das pessoas, comparando-se os pobres e não pobres, tais como acesso à água canalizada, energia elétrica, número de filhos, entre outros.

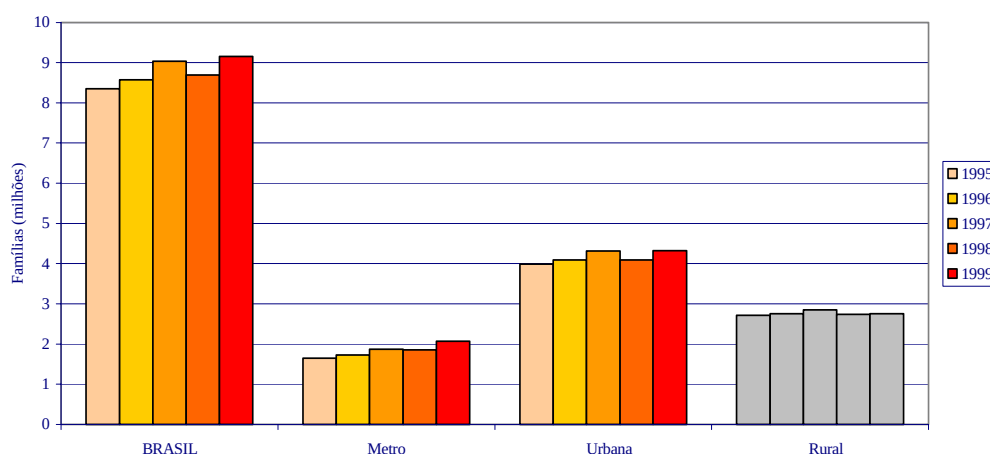
2.2 A evolução da pobreza 1995/99

A Tabela 5 apresenta os mesmos dados obtidos anteriormente para os anos 1995/99 e as respectivas taxas de crescimento. A LP obtida para 1999 foi

deflacionada pelo INPC para os anos anteriores e os mesmos procedimentos foram adotados para a estimativa do número de pobres. Antes de tudo é preciso esclarecer que não é possível comparar os dados das PNADs para os anos anteriores a 1995 em função das distorções apresentadas pelos deflatores disponíveis para as atualizações monetárias devido ao Plano Collor e ao Plano Real.

A primeira observação a fazer sobre os dados apresentados é que o número total de pobres no país (excluídas as áreas rurais da região Norte não cobertas pelas PNADs) cresceu significativamente no período pós-real (1995/99) a uma taxa pouco menor que a do crescimento demográfico do período (população brasileira cresceu a uma taxa de 1,4% a.a. nesse período). Mas o mais surpreendente ainda, é que esse crescimento se deu fundamentalmente nas regiões metropolitanas, onde o número de pessoas pobres cresceu a uma taxa de 5% ao ano no período considerado (Gráfico 4).

Gráfico 4
Famílias pobres



- (a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.
- (b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Exclui as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (jun. 2001).

Tabela 5
Número de famílias e pessoas pobres segundo o local de residência: Brasil, 1995/99

Tipo de famílias e Situação censitária ^(a)	Famílias			Pessoas		
	1995 (mil famílias)	1999 (mil famílias)	1995/99 (% a.a.)	1995 (mil pessoas)	1999 (mil pessoas)	1995/99 (% a.a.)
Total	8.342	9.139	2,0**	40.657	43.076	1,2*
Conta-Própria	3.014	3.197	2,2	16.372	16.722	1,1
Agrícola	1.053	1.004	-1,7	5.462	5.081	-2,4
Pluriativo	614	625	2,5	4.018	3.934	1,0
Não-agrícola	1.347	1.567	4,9**	6.892	7.707	3,8*
Empregados	4.004	4.292	1,4**	19.903	20.741	0,7
Agrícola	1.091	1.018	-3,4	5.385	4.893	-3,9*
Pluriativo	290	302	2,4	1.892	1.830	0,4
Não-agrícola	2.623	2.973	3,1***	12.626	14.017	2,5***
Não-Ocupados	1.324	1.650	3,5	4.381	5.614	4,2
Metropolitano	1.646	2.064	5,4***	7.356	8.996	5,0***
Conta-Própria	383	495	7,8*	1.977	2.421	6,3*
Agrícola	15	9	-12,2**	72	38	-11,1*
Pluriativo	15	11	-8,9*	102	70	-11,4*
Não-agrícola	353	476	9,0**	1.803	2.314	7,6*
Empregados	872	1.008	3,0***	4.162	4.792	3,2***
Agrícola	22	25	-0,8	100	124	0,8
Pluriativo	10	6	-8,9*	70	41	-9,2
Não-agrícola	841	977	3,3***	3.991	4.628	3,4***
Não-Ocupados	391	561	8,2**	1.217	1.782	8,8**
Urbano Não Metropolitano	3.981	4.317	1,7*	19.019	20.000	0,9
Conta-Própria	1.198	1.319	3,2*	6.443	6.866	2,2
Agrícola	150	173	2,8	763	900	3,2
Pluriativo	192	189	1,7	1.300	1.219	-0,2
Não-agrícola	856	958	3,6*	4.380	4.747	2,7*
Empregados	2.032	2.118	0,7*	10.077	10.124	-0,4
Agrícola	332	302	-3,5*	1.661	1.456	-4,6*
Pluriativo	149	135	-4,4*	958	826	-5,7**
Não-agrícola	1.551	1.681	2,0***	7.457	7.842	1,1***
Não-Ocupados	751	880	1,8	2.499	3.010	2,6

Continua...

Continuação – Tabela 5

Tipo de famílias e Situação censitária ^(a)	Famílias			Pessoas		
	1995 (mil famílias)	1999 (mil famílias)	1995/99 (% a.a.)	1995 (mil pessoas)	1999 (mil pessoas)	1995/99 (% a.a.)
Rural Não	2.715	2.758	0,3	14.282	14.081	-0,4
Metropolitano						
Conta-Própria	1.432	1.382	-0,3	7.952	7.435	-1,2
Agrícola	888	823	-2,3	4.627	4.143	-3,3*
Pluriativo	406	426	3,3	2.616	2.646	1,9
Não-agrícola	138	133	2,0	709	646	0,3
Empregados	1.100	1.167	1,1**	5.664	5.824	0,6
Agrícola	737	692	-3,4	3.624	3.313	-3,8*
Pluriativo	132	160	9,6*	863	963	7,0
Não-agrícola	231	315	8,7***	1.178	1.548	7,9***
Não-Ocupados	183	210	0,0	665	822	1,4

Nota: as diferenças de soma com o total devem-se a erros de arredondamentos; O deflator é o INPC.

^(a) Pobres: renda familiar per capita disponível até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999). Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas, e as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

(*), (**), (***): Indicam o nível de significância do teste “t” para o ajustamento log-linear de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte dos dados Básicos: Microdados das PNADs, Tabulações especiais do Projeto Rurbano.

A desagregação das áreas metropolitanas mostra que esse crescimento da pobreza ocorreu tanto nas áreas urbanas como nas suas áreas periféricas, tendo sido mais intenso nestas últimas. Essa constatação reforça as conclusões anteriores de Rocha (2000) que atribui as causas do crescimento da pobreza nas áreas metropolitanas após o Plano Real à deterioração no mercado de trabalho e ao crescimento do desemprego, uma vez que a maioria das áreas periféricas das regiões metropolitanas são “cidades dormitórios”. Outra evidência que reforça o argumento é que, nas regiões metropolitanas, a pobreza aumentou entre as famílias não-agrícolas tanto de conta própria como de empregados e entre as famílias onde todos os membros estavam desocupados na semana de referência da pesquisa. A redução das famílias agrícolas pobres nas áreas metropolitanas se explica pelo decréscimo do número absoluto dessas famílias dedicadas à agricultura morando na região, o que também ocorre nas áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades).

Note-se que o crescimento da pobreza nas áreas urbanas não metropolitanas também ocorre entre as famílias de conta própria e empregados não-agrícolas, embora em menor intensidade, levando a crer que as razões apontadas

anteriormente se estendem também para as pequenas e médias cidades do interior do país e não apenas para as suas metrópoles. É interessante destacar que o crescimento da pobreza entre as famílias que tem todos os seus membros desocupados não se mostrou significativo nas áreas urbanas não metropolitanas. Mas a desagregação dos dados mostra que as famílias de desocupados que tem pelo menos um de seus membros procurando emprego na semana de referência teve um crescimento altamente significativo no período, reforçando mais uma vez a associação entre crescimento da pobreza e do desemprego no pós-real.

Finalmente uma constatação que nos parece a mais surpreendente de todas: o não crescimento da pobreza nas áreas rurais não metropolitanas. Os dados apontam inclusive para uma aparente redução do número de pobres ligados à atividade agrícola, mas o que ocorre é antes um abandono das atividades agrícolas pela não-agrícolas, o que pode ser observado pelo crescimento das atividades não-agrícolas. Esses dados reforçam os resultados do Projeto Rurbano¹⁶ que apontam para essa troca de atividades entre a população rural.

Outro elemento que ajuda a explicar a estabilidade da pobreza rural é o avanço das transferências governamentais na forma de aposentadorias e/ou pensões previdenciárias, também detectados pelos estudos reunidos em Delgado & Cardoso Jr. (2000). Para testar essa hipótese, fez-se um pequeno exercício de retirar da renda das famílias a parcela oriunda dessas transferências. O resultado mostrou um acréscimo do número total de pobres, que saltam para 14,4 milhões de famílias (Tabela 6). Mas o que mais interessa nesse exercício são as tendências: em todas as situações o resultado é o acréscimo do número de famílias pobres, mesmo nas áreas rurais do Brasil. Esse resultado confirma a importância das transferências para estabilizar os rendimentos das famílias rurais, e até mesmo reduzir o número de famílias pobres.

Uma terceira e última explicação é o êxodo rural que ainda existe de forma localizada em algumas regiões do Brasil, como no Sul do país. Embora o êxodo rural tenha se arrefecido nos anos 90 (Del Grossi et al., 2001), nas regiões onde ainda ocorre é coerente crer que seja a parcela pobre da população que migra, reduzindo portanto o número de famílias pobres nas zonas rurais dessas regiões.

(16) É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95” que conta com financiamento parcial da FAPESP e PRONEX-CNPq, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Consulte nossa homepage na Internet <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>.

Tabela 6
Simulação do efeito da ausência das transferências governamentais na forma de aposentadorias e/ou pensões da previdência, sobre o número de famílias pobres. Brasil, 1995/99

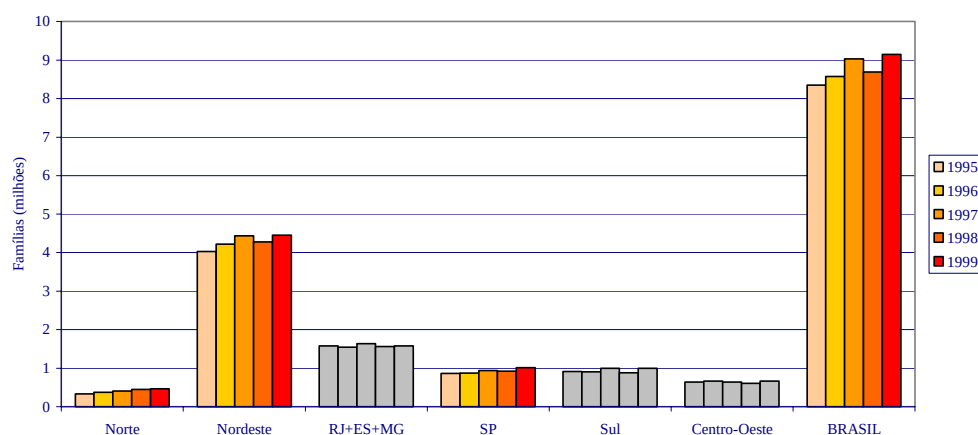
Situação	1995 (1.000)	1999 (1.000)	1995/99 (% a.a.)
Total	12.640	14.402	3,2***
<i>Metro</i>	2.883	3.635	5,8***
Urbana	6.185	7.056	3,2***
Rural	3.572	3.711	1,0***

(***): Indica nível de significância de 1% para o teste “t” da regressão log-linear contra o tempo.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano.

A Tabela 7 apresenta os mesmos dados anteriores da Tabela 5, abertos pelas grandes regiões geográficas do país, sendo que o estado de São Paulo foi separado da região Sudeste para efeito de análise.¹⁷ O número de pobres cresce em todas as áreas metropolitanas de norte a sul do país. No agregado das regiões (áreas metropolitanas e não metropolitanas), o aumento da pobreza ocorreu nas regiões Norte, Nordeste e São Paulo (Gráfico 5).

Gráfico 5
Famílias pobres, segundo regiões – Brasil, 1995/99



(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria.

(b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas. Exclui as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (junho 2001).

(17) Conforme a recomendação de Kageyama & Silveira (1997).

Tabela 7
Número de famílias e pessoas pobres ^(a) segundo as principais regiões brasileiras: Brasil, 1995/99

Regiões	Famílias			Pessoas		
	1995 (mil famílias)	1999 (mil famílias)	1995/99 (% a.a.)	1995 (mil pessoas)	1999 (mil pessoas)	1995/99 (% a.a.)
Norte ^(b)	334	460	8,3 ***	1.887	2.437	6,7 ***
Metro	34	57	10,6 ***	183	285	9,2 ***
Urbana	300	403	8,1 ***	1.703	2.152	6,4 ***
Rural	-	-	-	-	-	-
Nordeste	4.028	4.455	2,2 **	21.013	21.870	0,8
Metro	538	638	3,9 **	2.656	2.978	2,8 *
Urbana	1.796	2.014	2,3 **	9.062	9.440	0,4
Rural	1.695	1.803	1,5 *	9.294	9.452	0,5
RJ+ES+MG	1.579	1.578	0,1	7.250	7.116	-0,4
Metro	473	508	1,7 ***	1.992	2.068	0,9 **
Urbana	674	676	0,4	3.068	3.066	0,2
Rural	432	394	-2,3 *	2.191	1.981	-2,6 ***
SP	859	1.006	3,8 ***	3.612	4.376	4,8 ***
Metro	391	556	9,2 ***	1.611	2.368	10,3 ***
Urbana	369	360	-1,1	1.550	1.566	-0,1
Rural	99	89	-2,5 *	451	442	-0,7
Sul	912	991	1,5	4.024	4.392	1,8
Metro	156	213	7,8 ***	654	896	8,3 ***
Urbana	443	486	1,1	1.897	2.118	1,6
Rural	313	292	-1,6 ***	1.473	1.379	-1,4 ***
Centro-Oeste	638	663	-0,1	2.871	2.925	-0,6
Metro	57	94	10,1 **	260	403	8,4 *
Urbana	403	386	-1,5 *	1.739	1.681	-1,3 *
Rural	177	182	-1,0	873	840	-2,4
BRASIL	8.349	9.151	2,0 **	40.656	43.115	1,2 *
Metro	1.649	2.066	5,4 ***	7.356	8.998	5,0 ***
Urbana	3.984	4.325	1,7 *	19.019	20.023	0,9
Rural	2.716	2.760	0,3	14.282	14.093	-0,4

Nota: as diferenças de soma com o total devem-se a erros de arredondamentos.

O deflator utilizado foi ao INPC.

^(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria. Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

^(b) Exclusive as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

(*), (**), (***): Indicam o nível de significância do teste “t” para o ajustamento log-linear de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte dos dados Básicos: Microdados das PNADs, Tabulações especiais do Projeto Rurbano.

A Tabela 8 mostra que a pobreza rural diminuiu significativamente nos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso; e teve aumento significativo apenas na Bahia e Tocantins. Já a pobreza urbana não-metropolitana aumentou significativamente nos estados que não foi possível separar a capital (Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Distrito Federal) além do Ceará, onde aumentou significativamente tanto nas áreas metropolitanas como nas pequenas e médias cidades. O Rio de Janeiro foi o único estado a apresentar um decréscimo significativo do número de pobres em áreas metropolitanas.

Tabela 8
Número de famílias e pessoas pobres ^(a) segundo os estados
Brasil, 1995/99

Estados	Famílias			Pessoas		
	1995	1999	1995/99	1995	1999	1995/99
	(mil famílias)	(mil famílias)	(% a.a.)	(mil pessoas)	(mil pessoas)	(% a.a.)
RO ^(b)						
Urbana	38	38	-0,7	178	174	-2,1
AC ^(b)						
Urbana	11	22	14,8 ***	66	119	12,3 ***
AM ^(b)						
Urbana	94	148	15,3 ***	542	792	12,9 ***
RR ^(b)						
Urbana	2	8	37,6 ***	15	35	26,4 **
PA ^(b)	174	217	4,0 *	998	1.171	2,8
Metro	34	57	10,6 ***	183	285	9,2 ***
Urb. não metro	140	160	2,2	815	886	1,1
AP ^(b)						
Urbana	15	26	19,6 ***	87	146	17,7 ***
TO	91	94	2,1	479	462	-0,1
Urbana	59	50	-2,0	296	242	-3,4 *
Rural	33	44	8,3 **	183	219	4,5 *
MA	520	554	2,6	2.831	2.883	1,1
Urbana	226	241	1,2	1.225	1.171	-1,9
Rural	294	313	3,7	1.606	1.712	3,2
PI	261	287	2,2	1.379	1.439	1,0
Urbana	125	150	4,5 *	638	734	3,0
Rural	136	136	-0,1	741	706	-1,0
CE	619	690	2,0 *	3.266	3.394	0,5
Metro	163	202	4,6 ***	823	978	4,0 ***
Urb. não metro	189	223	4,5 ***	950	1.052	2,9 *
Rural	268	265	-1,4	1.494	1.364	-3,2 **

Continua...

Continuação – Tabela 8

Estados	Famílias			Pessoas		
	1995 (mil famílias)	1999 (mil famílias)	1995/99 (% a.a.)	1995 (mil pessoas)	1999 (mil pessoas)	1995/99 (% a.a.)
RN	209	234	2,5 ***	1.068	1.137	1,3 *
Urbana	122	138	3,0 ***	586	650	2,8 ***
Rural	86	96	1,7	483	488	-0,5
PB	296	323	1,7 ***	1.498	1.539	0,3
Urbana	159	175	2,4 ***	765	784	0,8
Rural	137	148	0,9	734	755	-0,1
PE	599	669	-1,6	3.023	3.206	0,9
Metro	175	218	3,8 ***	862	996	4,6 *
Urbana	252	292	1,6	1.222	1.337	0,2
Rural	172	159	-1,6	938	874	-1,6
AL	250	291	3,8 ***	1.351	1.427	1,4 *
Urbana	154	178	4,3 ***	791	830	1,2
Rural	96	113	3,2 **	561	597	1,5
SE	135	161	3,6 **	665	757	2,0
Urbana	90	102	3,5 **	436	460	1,2
Rural	45	59	3,5	229	297	3,2
BA	1.139	1.246	1,7 *	5.931	6.087	0,3
Metro	199	218	1,7	971	1.003	-0,1
Urbana	479	514	0,6	2.450	2.423	-1,0
Rural	461	514	2,8 ***	2.510	2.660	1,8 ***
MG	910	938	0,8	4.369	4.441	0,4
Metro	133	165	6,0 ***	618	746	5,1 ***
Urbana	463	480	1,1	2.136	2.188	0,8
Rural	315	292	-2,2 *	1.615	1.507	-2,1 **
ES	151	158	0,5	727	712	-0,7
Urbana	90	99	0,6	417	445	0,2
Rural	61	59	0,4	310	267	-2,1
RJ	517	483	-1,3	2.154	1.963	-2,1 ***
Metro	340	343	-0,1	1.374	1.323	-1,2 *
Urbana	121	97	-2,9	514	433	-2,5
Rural	56	42	-5,9 **	266	207	-6,3 ***
SP	859	1.006	3,8 ***	3.612	4.376	4,8 ***
Metro	391	556	9,2 ***	1.611	2.368	10,3 ***
Urbana	369	360	-1,1	1.550	1.566	-0,1
Rural	99	89	-2,5 *	451	442	-0,7
PR	425	472	2,6	1.948	2.057	1,5
Metro	61	93	14,5 ***	266	395	13,5 ***
Urbana	223	247	1,3	981	1.042	0,5
Rural	141	132	-1,4	702	620	-2,5 *

Continua...

Continuação – Tabela 8

Estados	Famílias			Pessoas		
	1995 (mil famílias)	1999 (mil famílias)	1995/99 (% a.a.)	1995 (mil pessoas)	1999 (mil pessoas)	1995/99 (% a.a.)
SC	145	153	1,0	640	721	2,7*
Urbana	71	83	3,2**	286	380	6,6***
Rural	75	70	-1,3	354	341	-0,9
RS	342	366	0,3	1.435	1.614	1,8
Metro	95	119	3,3	388	501	4,8**
Urbana	150	157	-0,3	630	696	1,0
Rural	97	89	-2,2	418	417	-0,2
MS	91	101	-1,1	409	453	-0,4
Urbana	71	80	0,4	313	349	1,1
Rural	20	21	-6,1	96	104	-5,3
MT	114	100	-3,4***	518	471	-3,1**
Urbana	72	64	-1,8	310	295	-1,1
Rural	43	36	-6,2**	208	175	-6,4**
GO	284	272	-1,9	1.205	1.136	-2,1
Urbana	202	192	-2,1	819	795	-1,7
Rural	83	81	-1,3	386	341	-3,1
DF						
Metro	57	94	10,1**	260	403	8,4

Nota: as diferenças de soma com o total devem-se a erros de arredondamentos. O deflator é o INPC.

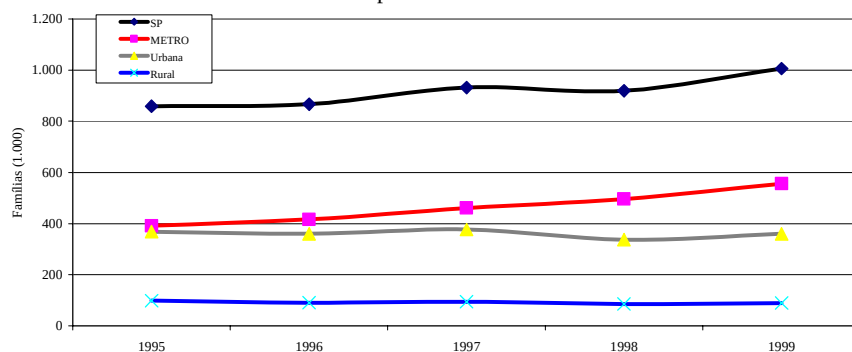
(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria. Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

(b) Exclusive as populações rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AM.

(*), (**), (***): Indicam o nível de significância do teste “t” para o ajustamento log-linear de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte dos dados Básicos: Microdados das PNADs, Tabulações especiais do Projeto Rurbano.

Gráfico 6
Famílias pobres – São Paulo

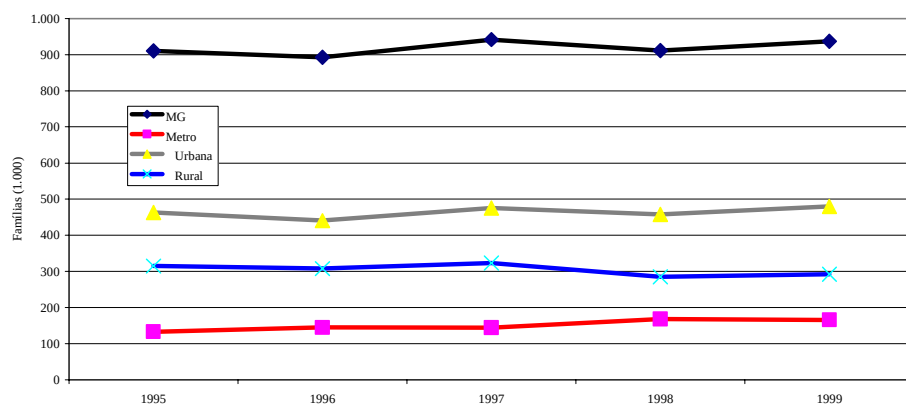


(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria;

(b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (jun. 2001).

Gráfico 7
Famílias pobres – Minas Gerais



(a) Pobres: renda familiar per capita até US\$ 1,08 por dia (câmbio de setembro de 1999) com imputação do auto-consumo e deduzidas as despesas com aluguel e prestação de casa própria;

(b) Famílias residentes em domicílios particulares permanentes. Exclui a população sem declaração de renda, empregados domésticos que moram no local de trabalho e pensionistas.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD (1999) para o Projeto Rurbano (junho 2001).

Conclusões

Este trabalho apresenta uma proposta metodológica para se estimar a população pobre no Brasil a partir dos dados das PNADs tomando-se como referência a linha de US\$ 1,08 diário per capita convertida pela taxa de câmbio do dólar comercial médio em setembro de 1999. Essa linha básica de pobreza foi calculada como sendo de R\$ 62,29 mensais para as áreas rurais do Nordeste brasileiro e a partir daí regionalizada pelos índices de preços de custos de vida com base na PPV de 1996 calculados por Ferreira, Lanjouw & Néri (2000). Procedeu-se também a correções nas rendas declaradas nas PNADs de modo a imputar uma estimativa para o valor do autoconsumo das famílias agrícolas e descontou-se o valor do aluguel e/ou prestação da casa própria das famílias que declararam essas despesas, que são as únicas informações de gastos existentes. O valor final assim obtido foi considerado como sendo a *renda disponível* das famílias

A inclusão do autoconsumo provocou a saída de apenas 314 mil famílias agrícolas (1,397 milhões de pessoas) do conjunto de pobres, 57% das quais residentes na região rural do Nordeste, muito embora as PNADs registrem 5,637

milhões de famílias com alguma forma de autoconsumo no universo de 7,581 famílias agrícolas ou pluriativas (74,3%).

Já o desconto do aluguel e da prestação da casa própria somou ao conjunto de pobres 761 mil famílias ou 2,710 milhões de pessoas, representando um aumento das famílias pobres de apenas 1,8% da população, proporção essa que variou de 2,5% nas áreas metropolitanas para 2% nas áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades) e apenas 0,2% nas áreas rurais.

Os resultados das correções, embora surpreendentemente pequenos em termos de alterar o número final de pobres, mostraram-se importantes no sentido de corrigir a distribuição reativa dos mesmos, reduzindo significativamente a pobreza estimada nas áreas rurais, especialmente da região Nordeste e aumentando a das regiões metropolitanas.

Procedeu-se ainda a uma estimativa dos pobres para as áreas rurais dos estados da região Norte não cobertos pelas PNADs (Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará), utilizando-se a proporção da população rural das estimativas preliminares do Censo Demográfico de 2000 e considerando-se a mesma proporção de pobres calculada para as áreas urbanas desses estados.

O resultado final indicou a existência de 9,324 famílias pobres ou 44,043 milhões de pessoas em 1999 no Brasil, o que representava 21,9% das famílias e 27,8% da população total, sendo 19,1% das áreas metropolitanas, 25,5% das áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% da população rural. Desagregando-se as famílias pobres temos que 4,3 milhões (47%) eram constituídas de empregados, outras 3,2 milhões (35%) de trabalhadores por conta própria (autônomos urbanos e agricultores familiares) e ainda 1,65 milhão de famílias inteiras de pessoas não-ocupadas, a maioria delas formada de aposentados e pessoas procurando emprego. Dentre as 7,5 milhões de famílias pobres com pelo menos um membro ocupado, em 2 milhões seus membros trabalham apenas em atividades agrícolas, outras 4,5 milhões estão ocupadas exclusivamente em atividades não-agrícolas e o outro milhão são pluriativas, ou seja, combinam atividades agrícolas e não-agrícolas.

A análise da evolução da pobreza restringiu-se ao período 1995/99, o único possível de ser comparado sem as distorções monetárias introduzidas pelos planos de estabilização econômica do início da década. Os resultados indicam um crescimento do número de pobres de 1,2% ao ano, o que resultou no aumento de quase 800 mil famílias ou 2,4 milhões de pessoas no período do Plano Real. Diferentemente do que se imagina, esse crescimento da pobreza não ocorreu nas

áreas rurais nem nas pequenas e médias cidades do país. O crescimento da pobreza no período pós-95 concentrou-se nas regiões metropolitanas, onde atingiu a taxa de 5% ao ano, o que resultou num aumento de 420 mil famílias e 1,640 milhão de pessoas, o que corresponde a 66,7% do aumento total de pessoas pobres no período considerado. Ou seja, de cada 3 pessoas pobres a mais existentes em 1999 vis-à-vis 1995, duas residiam em áreas metropolitanas. Esse forte crescimento do número de pobres nas áreas metropolitanas esteve fortemente associado à deterioração no mercado de trabalho (empregos precários) e ao crescimento do desemprego no período do Plano Real.

A relativa estabilidade da pobreza nas áreas rurais do país pode ser explicada, em parte, pelo aumento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural e pelo avanço das transferências governamentais, na forma de aposentadorias e pensões rurais, que tiveram o efeito de estabilizar os rendimentos das famílias rurais nos anos 90.

A desagregação pelo tipo de família pobre mostrou que o crescimento da pobreza só foi significativo para as famílias de empregados não-agrícolas tanto para as residentes em áreas urbanas, como rurais; e para as famílias de conta própria não agrícolas residentes nas áreas urbanas não metropolitanas. Esses resultados reforçam os resultados do Projeto Rurbano que apontam para uma abandono das atividades agrícolas em favor das atividades não-agrícolas, especialmente nas áreas rurais.

A desagregação regional mostrou que a pobreza cresceu significativamente apenas na região Norte e em São Paulo, reflexo do forte crescimento da pobreza nas áreas metropolitanas dessas duas regiões assim como também ocorreu na região Sul. Em termos de estados, o número de pessoas pobres aumentou significativamente no Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Rio Grande do Norte, Alagoas, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal. E diminuiu significativamente apenas nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso, sendo que o Rio de Janeiro foi o único a apresentar uma redução significativa da pobreza em áreas metropolitanas.

Finalmente, vale dizer que se fossem transferidos para os pobres aproximadamente cerca de R\$ 12 por mês dos não pobres existentes em 1999, o Brasil não teria mais nenhuma pessoa sobrevivendo com uma renda per capita de menos de um dólar por dia.

Bibliografia utilizada

- ÁRIAS, Alfonso Rodriguez. *Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996*. Resumo metodológico e resultados. [s.l.: s.n.], mar. 1999a. (Mimeogr.).
- _____. *Indigencia, pobreza y distribución de ingresos en Brasil en la década de los noventa*. [s.l.: s.n.], jun. 1999b. (Mimeogr.).
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza*. [s.l.: s.n.], 2000.
- CAMARGO, José Márcio, Ferreira, Francisco H. G. O. *Benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*. [s.l.: s.n.], jan. 2001. (Mimeogr.).
- CAMPANHOLA, Clayton, GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Embrapa/Unicamp. IE, 2000. 4v.
- CEPAL. *Brasil: canastas básicas de alimentos y determinación de las líneas de indigencia y de pobreza*. LC/L 532. [s.l.: s.n.], dez. 1989.
- CHEN, Shaohua, RAVALLION, Martin. *How did the world's poorest fare in the 1990s?* Washington: The World Bank, Aug. 2000. (The World Bank Working Papers, n. 2409).
- DEL GROSSI, Mauro. Urbanização estatística. *Globo Rural*, São Paulo, v. 187, p. 88, 2001.
- _____, GRAZIANO DA SILVA, J. A evolução da renda nas famílias rurais: Brasil, 1992-97. In: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional*. Campinas, SP: Embrapa/Unicamp. IE, 2000. p.79-100.
- _____, CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. O fim do êxodo rural? CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. *Anais...* Recife: SOBER, 2001.
- DELGADO, Guilherme, CARDOSO JR., J. C. (Org.). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000. 242p.
- FERES, Juan Carlos, LEÓN, Arturo. Magnitud de la situación de la pobreza. *Revista de la Cepal*, n. 41, ago. 1990.
- FERREIRA, Francisco H. G., LANJOUW, Peter, NERI, Marcelo. *A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census data*. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Economia, mar. 2000. (Texto para Discussão, n. 418).
- GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 776).
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. *World Development*, Great Britain, v. 29, n. 3, p. 443-453, 2001.

- HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99*. /Campinas: Unicamp. IE/, 2001. (Mimeogr.).
- KAGEYAMA, A. A., SILVEIRA, J. M. Agricultura e questão regional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 35, n. 2, p. 9-33, 1997.
- ROCHA, Sônia. *Poverty studies in Brazil* – a review. Brasília: IPEA, jan. 1996. (Texto para Discussão, n. 398).
- _____. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, abr. (Texto para Discussão, n. 720).
- _____. *Pobreza no Brasil*. O que há de novo no limiar do século XXI? [s.l.: s.n.], set. 2000b. (Mimeogr.).
- TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. *Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 2001. (Texto para Discussão, n. 101).
- WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. Washington: World Bank, 2000.